

 <p>TRE-AP</p>	<p>TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ</p> <p>Preencher unidade/comissão/grupo de trabalho</p> <p>ATA – Preencher assunto da ata</p>	
--	---	---

1. DADOS DA REUNIÃO:

Data: 20.10.23	Início: 10h	Término: 12h	Local: Aldeia Aramirã, no município de Pedra Branca do Amapari/AP,
Pauta	<i>Inclusão Indígena</i>		

2. PARTICIPANTES:

Nome	Cargo	
Desembargador João Guilherme Lages	Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá	
Paola do Santos Julien	Juíza Membro do Pleno do TRE AP	
Ariadne Alencar	Juíza Membro Substituta do Pleno do TRE AP	
Orlando Vanconcelos	Juiz Membro Substituto do Tribunal Pleno do TRE AP	
Elizabeth Pelaes	Prefeita de Pedra Branca do Amapari	
Cícero Vitor de Mendonça (Vereador "BRANCO")	Vereador de Pedra Branca do Amapari	
Normandes Souza	Juiz Membro do Tribunal Pleno do TRE AP	
Leonardo Hernandez	Juiz Federal - Representante do TSE	

3. ASSUNTOS TRATADOS E DELIBERAÇÕES:

Aos 20 dias do mês de outubro de 2023, às 10:00 horas, na localidade de Aldeia Aramirã, no município de Pedra Branca do Amapari/AP, da jurisdição da 11ª Zona Eleitoral/AP, iniciou-se Audiência Pública com o objetivo de debater temas de interesse da comunidade indígena local, com foco nas eleições municipais de 2024, na promoção da educação cívica indígena, a participação ativa e efetiva dos povos indígenas no processo eleitoral, o fomento da representatividade indígena e participação feminina indígena no processo eleitoral e o combate à violência de gênero. A mesa diretora da audiência foi composta presencialmente pelas seguintes autoridades: O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, Desembargador João Guilherme Lages, que presidiu a audiência; A juíza Membro Paola do Santos Julien; a Juíza Membro substituta do Tribunal Pleno e vice- diretora da escola judicial, Ariadne Alencar; o Juiz Membro substituto do Tribunal Pleno, Orlando Vanconcelos; a Prefeita de Pedra Branca do Amapari, Elizabeth Pelaes; o Vereador de Pedra Branca do Amapari, Cícero Vitor de Mendonça (Vereador "BRANCO"). Participaram ainda, por videoconferência, as seguintes autoridades: O juiz membro Normandes Souza e o juiz Leonardo Hernandez, do TSE. Além dos membros da mesa diretora, estiveram presentes lideranças e professores da aldeia Waiãpi e membros da comunidade local. O Presidente do Tribunal Regional eleitoral do Amapá, Desembargador João Guilherme Lages Mendes, deu início aos trabalhos, dando as boas vindas e saudou aos presentes. Registrou e agradeceu a presença do Diretor da Escola Estadual Aramirã, Professor Evilásio, do Professor Viceni e das seguintes unidades

administrativas do TRE/AP EJE, CORREGEDORIA, STI, SEJUD, DIRETOR GERAL E DILMA PIMENTA e ainda, da FORÇA MILITAR. Em seguida, esclareceu aos presentes que o objetivo da audiência é debater temas de interesse da comunidade local. Saudou a mesa diretora e o Juiz Leonardo Hernandez ao qual franqueou a palavra. O Juiz Leonardo Hernandez fez apontamentos sobre a aprovação de quotas para as comunidades indígenas em concursos públicos. Ponderou sobre a necessidade de adaptação da sociedade civil aos povos originários e de inclusão social através do fomento à participação do indígena, e também da feminina indígena, no processo eleitoral. Ressaltou o primoroso trabalho da EJE na elaboração de cartilhas traduzidas para a língua indígena. Saudou todos os povos indígenas presentes. Após, o presidente passou a palavra à prefeita Beth Pelaes a qual reportou a importância da realização da audiência pública e a potencial representatividade dos povos indígenas nos espaços de poder. Colocou-se à disposição para ouvir a comunidade e laborar para a resolução dos problemas locais. O Presidente ponderou que a comunidade indígena local tem viabilidade de eleger até dois vereadores e Franqueou a palavra à comunidade, usaram da palavra: Professor VICENI WAIÃPI, o qual externou agradecimento às organizações públicas e especialmente a presença do TER/AP em sua comunidade. Saudou seu povo e teceu considerações sobre a necessidade de se instalar mais seções eleitorais na comunidade, haja vista o crescente alistamento eleitoral e quantitativo de eleitores nas aldeias. Disse que muitos indígenas deixaram de votar nas últimas eleições em razão de não ter dado tempo; externou a necessidade de aumentar a quantidade de transporte de eleitores no dia das eleições; 3) requereu aumento quantitativo da alimentação e combustível para possibilitar o transporte e alimentação de eleitores, pois muitos vem de aldeias distantes há dias do local da sessão; disse que cerca de 800 litros seria o ideal. 4) Solicitou placas solares nas 8 escolas waiãpi além da aldeia Aramirã. O Presidente ponderou a questão orçamentária para a aquisição de combustíveis e as questões atinentes à logística de transporte e alimentação e que vislumbra a possibilidade de as urnas irem por via aérea até as comunidades mais distantes. Na sequência, usou da palavra o indígena MARINAU WAIÃPI. Requereu a instalação de uma Oficina na comunidade com professores e pedagogos possibilitando o planejamento e uma Proposta curricular diferenciada; solicitou técnicos de urna acompanhando as eleições até o final da votação, para fins de não se aguardar muito até a resolução do problema técnico nas urnas. O presidente acenou positivamente às reivindicações fazendo ponderações sobre a logística que envolve as eleições. Conclamou a população a não deixar de votar nas eleições. Disse da necessidade de demarcar não somente o espaço físico mas também o espaço político do indígena nos espaços de Poder Público. MAKARATU WAIÃPI: Reivindicou a reforma e ampliação das 8 escolas estaduais nas aldeias; discorreu da necessidade de alojamento e salas anexas, bem como, o acesso à internet nas escolas. Ressaltou a grande importância da disponibilização da internet para a pesquisa e inclusão das crianças indígenas no processo de aprendizado. O Presidente esclareceu que a reivindicação é da competência do Governo do Estado e se comprometeu a dar o encaminhamento devido a fim de atender a demanda. Comprometeu-se ainda a retornar para dar as respostas. MOTÃ WAIÃPI: Apresentou-se como servidor da Coordenadoria de políticas públicas no Município de Pedra Branca do Amapari. Reivindicou Transporte fluvial, principalmente na região do Riozinho, para os professores em razão das dificuldades de se deslocarem até as aldeias para ministrarem aulas. Disse que não tem os motores e voadeiras e combustíveis necessários ao deslocamento dos professores. Requereu a implantação de curso e laboratório de informática na aldeia Aramirã, a fim de capacitar os jovens indígenas. O presidente comprometeu-se a dar o encaminhamento junto à FUNAI. TARESA WAIÃPI: Requereu a coleta de lixo mais efetiva na comunidade, pois o acúmulo e a falta de coleta efetiva está prejudicando a saúde dos indígenas das aldeias; solicitou energia para a escola; Clamou por atendimento itinerantes dos seguintes Órgãos: INSS, DPU, JUSTIÇA FEDERAL, MPF. KAURI WAIÃPI reforçou a fala de Taresa quanto a necessidade de recolhimento mais efetivo de lixo, em especial na comunidade indígena de Riozinho e casa de apoio. Franquada a palavra à Prefeita, esta esclareceu que vai tomar providências para que a coleta de lixo ocorra pelo menos quinzenalmente. Quanto a energia e lixo acumulado na casa de apoio, vai acompanhar e providenciar. O Vereador “Branco” verbalizou que pretende colocar uma lixeira tampada na casa de apoio como forma de minimizar o problema até a chegada do caminhão. Manifestou apoio na resolução do problema. PROFESSOR EVILÁSIO: Esclareceu da necessidade de se planejar melhor como fazer o atendimento nas comunidades, pois a falta de planejamento integrado dos órgãos finda por não tornar efetivos os atendimentos e causa desordem e transtornos na rotina ordinária em especial na aldeia Waiãpi. O Presidente fez ponderações e se comprometeu a dar o encaminhamento devido. CAUBI WAIÃPI: Saudou as autoridades e solicitou mais diálogo com as autoridades públicas em especial, com os professores, para fins de melhor atendimento às suas demandas diferenciadas para o desenvolvimento efetivo da educação indígena. Após a exposição das demandas e discussões, o Presidente esclareceu aspectos da quota de gênero e a necessidade da organização e diálogo para, através de um Partido, lançar

candidatas femininas; o professor Viceni entregou ao Presidente a CARTA WAIÃPI, que consolida todas as reivindicações da comunidade, inclusive da representatividade feminina e agradeceu. Na sequência, o Presidente franqueou a palavra a todos os componentes da mesa. A Juíza Paola Julien cumprimentou às autoridades e comunidade presente; manifestou a grande satisfação e importância do movimento de conscientização política do indígena proposta pelo TRE/AP e reforçou que as demandas apresentadas serão oportunamente satisfeitas e que o Tribunal não medirá esforços para dar resposta àquelas que são de sua competência. Disse da plena condição de inserção dos indígenas nos espaços de poder. O Juiz Orlando Vasconcelos fez ponderações da necessidade e importância de a comunidade indígena se fazer presente, falar dos seus anseios e ter voz na inserção e promoção de políticas de inclusão social e participação política regional. A Juíza Ariadne Alencar vislumbrou a participação política indígena nos espaços de poder Municipal e Regional e fomentou a participação feminina no contexto eleitoral. Dada a palavra ao Vereador “Branco”, este louvou as lideranças que se pronunciaram e ressaltou a necessidade de políticas públicas transformadoras e inclusivas, a necessidade de representação indígena na Câmara Municipal que é o local onde chegam as demandas da comunidade. Incentivou a participação feminina nas eleições e deu como referência a Prefeita Beth Pelaes. Colocou à disposição da comunidade o Parlamento Municipal. Após, a Prefeita Beth Pelaes manifestou que vai pessoalmente inspecionar as demandas postas e disse da necessidade da representatividade indígena, em especial a feminina, no parlamento municipal. Finalizou parabenizando a ação do TRE/AP na realização da audiência pública. Passada a palavra ao Juiz Leonardo Hernandez, o magistrado disse do comprometimento em envolver a Justiça Federal no atendimento das demandas postas, no que é de sua competência e finalizou saudando servidores da Justiça eleitoral. Em seguida o Presidente declarou encerrada a audiência pública. Nada mais havendo a tratar, às 12 horas foi encerrada a audiência pública. E para constar, eu, Mylene Lages Mendes Azevedo, Secretária Judiciária, lavrei a presente ata que foi lida e aprovada pelas autoridades presentes.



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO GUILHERME LAGES MENDES, Presidente**, em 25/03/2024, às 20:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ap.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0817791** e o código CRC **3CB68F7E**.

Criado por 002058042593, versão 3 por 002058042593 em 25/03/2024 20:09:45.